



JORNAL DA ANAMATRA

Justiça do trabalho

P. 6. Presidentes da Anamatra e da OAB avaliam possibilidade de atuação conjunta das entidades

7º Congresso Internacional da Anamatra

P. 12. Comissão científica define distribuição de vagas por Amatra

Nota pública

P. 14. Anamatra esclarece valores pagos à juízes

3º Encontro Nacional dos Magistrados Aposentados

P. 18. Cobertura completa do evento, que ocorreu no Rio de Janeiro



ANAMATRA LANÇA CAMPANHA NO COMPLEXO DO ALEMÃO, NO RIO DE JANEIRO

A Anamatra lançou no dia 3 de agosto a campanha “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado”. O lançamento aconteceu no Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, localizado no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. “Nós, juízes do Trabalho, estamos ao lado de todos”, anunciou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, ao falar sobre a campanha, que tem como objetivo promover a valorização da magistratura trabalhista e aproximar o magistrado da sociedade.

“A ideia é mostrar que o juiz do Trabalho distribui cidadania e justiça e está sempre pronto para atender a todos”, completou o presidente da Anamatra. “Temos muitas coisas boas e queremos mostrá-las”. A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ), Maria de Lourdes D’Arrochella Lima Sallaberry, e a corregedora do tribunal, Ana Maria Soares, prestigiaram o evento.

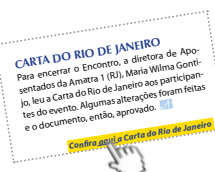
Na oportunidade, juízes do Trabalho de todo o país estiveram à disposição da comunidade do Complexo para esclarecer dúvidas que envolvem as relações de trabalho e os direitos trabalhistas. Além disso, a Cartilha do Trabalhador, material gráfico do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, foi distribuída aos alunos e também aos cidadãos que passaram pela escola.

A campanha “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado” conta com um site, onde é possível assistir a vídeos que esclarecem dúvidas trabalhistas. Acesse: www.sempreaoseudado.com.br

Confira nas páginas 10 e 11 a galeria de fotos do lançamento

Aprenda a usar os novos recursos do seu jornal eletrônico

Clicando nas palavras grifadas da capa, você será direcionado para as matéria em destaque. O jornal irá também direcionar você para matérias complementares, que estarão publicadas dentro do site da entidade, possibilitando um entendimento maior sobre o assunto.



Expediente

PRESIDENTE:**Renato Henry Sant'Anna**
(Amatra 15/Campinas e Região)**VICE-PRESIDENTE:****Paulo Luiz Schmidt**
(Amatra 4/RS)**SECRETÁRIO-GERAL:****Fabício Nicolau dos Santos Nogueira**
(Amatra 9/PR)**DIRETOR ADMINISTRATIVO:****João Bosco de Barcelos Coura**
(Amatra 3/MG)**DIRETOR FINANCEIRO:****Gilberto Augusto Leitão Martins**
(Amatra 10/DF e TO)**DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:****Cléa Maria Carvalho do Couto**
(Amatra 1/RJ)**DIRETOR DE PRERROGATIVAS
E ASSUNTOS JURÍDICOS:****Vítor Leandro Yamada**
(Amatra 14/RO)**DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:****Germano Silveira de Siqueira**
(Amatra 7/CE)**DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:****Narbal Antônio de Mendonça Fileti**
(Amatra 12/SC)**DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS:****André Machado Calvancanti**
(Amatra 13/PB)**DIRETOR DE INFORMÁTICA:****Valter Souza Pugliesi**
(Amatra 19/AL)**DIRETORA DE APOSENTADOS:****Terezinha Célia Kineipp Oliveira**
(Amatra 10/DF e TO)**DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:****Sandra Miguel Abou Assali Bertelli**
(Amatra 2/SP)**CONSELHO FISCAL:****Viviane Maria Leite de Faria** (Amatra 5/Bahia),
Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco),
Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul);**SUPLENTE:****Adib Pereira Netto Salim**
(Amatra 17/Espírito Santo)**CORRESPONDÊNCIAS:****SHS Qd 06 BI E Conj A Salas 602/608**
Brasília/DF CEP: 70316-000**NA INTERNET: www.anamatra.org.br****CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388**
imprensa@anamatra.org.br**REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS****RESPONSÁVEIS:****Mariana Monteiro** (7859/DF)
Viviane Dias (22651/RJ)**MARKETING: Adriana Zetula****DIAGRAMAÇÃO:****Clarissa Teixeira e Luisa Bravo**

Carta ao Associado

Caros colegas,

Agradeço imensamente o espaço que me foi concedido para dirigir-lhes algumas palavras na abertura desta primeira edição do jornal da Anamatra com novo "layout". De roupa nova, esperamos torná-lo mais agradável aos olhos dos atuais leitores e, ao mesmo tempo, atrair maior número de associados interessados em sua leitura. Além de ser inédita esta edição e considerando que estamos na era do desenvolvimento sustentável, o jornal agora é virtual e será enviado apenas por meio eletrônico.

Caros associados, o momento político, vivido por nós brasileiros e especialmente por nós magistrados, não é nada propício ao Poder Judiciário: congelaram nossos subsídios; a mídia a toda hora nos deprecia; o Poder Executivo faz questão de ignorar os dispositivos da Constituição da República desrespeitando a autonomia e independência dos Poderes Constituídos; os conflitos judiciais aumentaram; as cobranças também aumentaram impondo metas a cumprir; a saúde de muitos magistrados está abalada; querem que "o negociado prevaleça sobre o legislado"; a corrupção, embora combatida, espalhou-se entre aqueles que detêm o poder. E o pior de tudo: a sociedade vem perdendo, a cada dia, a credibilidade no Poder Judiciário. Estamos passando por momentos difíceis.

Gosto muito de uma frase do filósofo alemão Friedrich Nietzsche: "O que não me mata, só me fortalece". Vamos continuar acreditando que nossa missão é superior a tudo isso e que temos que recuperar a confiança da sociedade, a confiança daquele cidadão que nos procura para a solução do conflito que o aflige. Orgulhamo-nos de sermos magistrados.

A nossa força vem do compromisso que assumimos e da nossa união. Juntos fortaleceremos nossas associações na recuperação do respeito que nos é devido e na busca do cumprimento dos nossos direitos e prerrogativas.

A capa desta edição do jornal da Anamatra fala da Campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado". Vamos vestir a camisa e aproveitar a oportunidade de estar mais próximos da sociedade. O lançamento da Campanha no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, por ocasião do "3º Encontro dos Magistrados do Trabalho Aposentados. Ativos Para Uma Aposentadoria Plena", no dia 03/08, superou as expectativas.

A Anamatra e a Amatra 1(RJ) conseguiram reunir um grande número de magistrados ativos e aposentados na escola pública Tim Lopes com um único objetivo: promover a aproximação de juizes, alunos, professores e comunidade para que juntos pudéssemos transmitir-lhes o conhecimento do papel que representamos para a sociedade, na busca da paz social e do verdadeiro estado democrático de direito.

Sou diretora de Aposentados da Anamatra e, embora aposentada há mais de 9 anos, sinto-me mal quando vejo a desvalorização que querem imprimir, a todo custo, à magistratura.

Colegas ativos e aposentados fazem parte de um mesmo corpo e têm as mesmas expectativas!

Juntos, somos mais! Juntos, poderemos mais!

Obrigada pela atenção.

**Terezinha Célia Kineipp Oliveira**


Diretora de Aposentados da Anamatra

STF INICIA JULGAMENTO DE MANDADO QUE REQUER NOMEAÇÃO DE DESEMBARGADOR EM OBEDIÊNCIA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou no dia 29 de junho o julgamento do Mandado de Segurança nº 30.585, de autoria da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que requerer a nomeação de desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

(TRF-2) que figurou por três vezes consecutivas em listas de merecimento e mesmo assim foi preterido no ato de nomeação para desembargador pela presidência da República.

O processo recebeu o voto favorável do relator, ministro Ricardo Lewandowski, que, além de conceder a segurança, também julgou prejudicado o agravo regimental interposto pela Advocacia-Geral da União. O relator foi seguido por mais seis ministros e o julgamento foi suspenso por pedido de vista do presidente, ministro Ayres Britto. Três ministros estavam ausentes. A Anamatra e a Ajufe entregaram no dia 21/6 memoriais à ministra Rosa Weber, manifestando o apoio das associações representativas da magistratura ao processo.

“A Anamatra tem interesse no julgamento do pleito da Justiça Federal, tendo em vista que a matéria de fundo é a mesma”, ressalta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. O magistrado lembra que a entidade já concedeu assistência a outros juizes do Trabalho que foram preteridos em suas promoções. 

CNJ e CSJT

CNJ REITERA DIREITO DE AFASTAMENTO DE DIRIGENTE ASSOCIATIVO PARA PARTICIPAR DE REUNIÕES EM ENTIDADE DE CLASSE

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou, no dia 3, liminar no Procedimento de Controle Administrativo (PCA nº 0003693-02.2012.2.00.0000) para autorizar a participação de juizes, que ocupam cargos de direção em associações de classe, em reuniões e demais atividades associativas.

A decisão do CNJ deu-se nos termos do voto do relator, conselheiro Jefferson Kravchychyn. Segundo ele, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região de indeferir a participação do juiz do Trabalho Vitor Leandro Yamada, titular da Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé/RO e diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da Anamatra, em reunião da entidade, no período de 25 a 27 de junho de 2012, aparenta-se nula, vez que não se apoiou em fundamentos jurídicos sustentáveis, mas num juízo hipotético, ferindo preceitos constitucionais.

Em seu voto, o conselheiro lembrou que o associativismo é garantia constitucional para todos, (art. 5º, incisos XVII) e, em relação aos magistrados, está assegurado

também no plano infraconstitucional, na Lei Orgânica da Magistratura (art. 35, inc. II). “Ademais, a Constituição Federal determina que não será permitida a interferência estatal no funcionamento das associações, conforme o art. 5º, inc. XVIII”, completou Kravchychyn.

PRECEDENTE


Em outubro do ano passado, o CNJ também garantiu o direito de afastamento da juíza Cléa Couto, diretora de Comunicação da Anamatra, de participar da reunião da entidade PCA nº 4081-36.2011.2.00.0000). O relator, conselheiro Wellington Saraiva, também ressaltou que a decisão da Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho da 1ª Região (RJ) de indeferir o comparecimento de uma juíza em reunião associativa, sob o fundamento de ausência de previsão legal e regimental, é “contrária ao sistema legal aplicável aos magistrados judiciais e merece ser desconstituída”. Em seu voto, o conselheiro também lembrou os preceitos constitucionais. 

Foto: Arquivo Anamatra



“Atualmente o juiz não tem o direito de escolher seus dirigentes. Queremos mudar isso”

Paulo Schmidt

VICE-PRESIDENTE DA ANAMATRA DEFENDE TRANSPARÊNCIA EM TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou de audiência pública no dia 12 na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal. O objetivo foi fazer um balanço de todas as audiências realizadas no âmbito da comissão durante o primeiro semestre do ano. A integrante da Comissão Legislativa da Anamatra Cristina Valero também acompanhou a audiência.

Primeiramente, Paulo Schmidt agradeceu o espaço sempre concedido à Anamatra na CDH, bem como o apoio de seu presidente, o senador Paulo Paim (PT-RS), entusiasta e apoiador da luta dos juízes do Trabalho em prol da cidadania, da valorização do trabalho humano e da moralidade pública, exatamente como rezam os estatutos da entidade.

O senador aproveitou a oportunidade para enaltecer a atuação da Anamatra dentro do Congresso Nacional, lembrando que a aprovação do projeto que instituiu o aviso prévio proporcional se deu graças ao empenho da entidade. Além disso, o parlamentar revelou que se sentiu muito emocionado e feliz em participar do 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado em maio último pela Anamatra em João Pessoa.

TRANSPARÊNCIA

Comentando exposições anteriores, o vice-presidente da Anamatra destacou que os juízes do Trabalho têm posição firme a favor do voto aberto nos diversos conselhos disciplinares existentes na sociedade. “Ressalvado o voto universal, sempre apoiaremos as iniciativas que visem a abolir o voto secreto quando estiverem em pauta questões de interesse geral da população, inclusive as discipli-

nares, do que foi exemplo a recente votação que cassou o mandato de um Senador da República. A sociedade tem direito de saber como votam os seus representantes”, revelou, acrescentando que isso se aplica, também, aos órgãos de fiscalização e regulamentação de exercício profissional, como a OAB, os Conselhos Federais e etc.

Em relação à Lei de Transparência, Schmidt compartilhou da mesma opinião: deve ser plena, em todos os setores da sociedade. “Não pode ter meia transparência. Esse processo de abertura para a sociedade, e isso é uma opinião pessoal, penso que deve alcançar não só a esfera pública, mas, também, a esfera privada que atua sob regime de concessão ou delegação de serviço público, inclusive na imprensa”, defendeu.

Sobre o balanço das audiências públicas realizadas neste ano pela CDH, o juiz afirmou que o próximo passo é olhar para frente e identificar os problemas mais graves que se colocarão no próximo semestre, a fim de enfrentá-los. “Precisamos enxergar no horizonte quais as principais ameaças à cidadania, aos direitos sociais, o que inclui o Direito do Trabalho. E para mim, são os projetos que precarizam os direitos trabalhistas, notadamente os que tratam de terceirização da instituição do Simples Trabalhista”, ressaltou. “Por isso, a Anamatra traz à Comissão uma proposta de que seja realizada, no segundo semestre, uma audiência pública para tratar sobre a precarização dos direitos trabalhistas, em especial a terceirização e o Simples Trabalhista”, completou. Paim imediatamente acatou a sugestão da Anamatra. Para finalizar, Paulo Schmidt defendeu a democratização nos tribunais brasileiros. “Atualmente o juiz não tem o direito de escolher seus dirigentes. Queremos mudar isso. Esta é uma reivindicação da magistratura: queremos eleições diretas também nos tribunais”.

ANAMATRA DEFENDE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA JULGAMENTO DAS AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS DO INSS

Prevenir acidentes e cobrar das empresas o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho. Esse é o objetivo das ações regressivas acidentárias, instituto jurídico com fundamento no artigo 120 da Lei nº 8213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), que estabelece o ajuizamento, pela Previdência Social, de ação regressiva contra os responsáveis pela negligência quanto às normas de segurança e higiene do trabalho. Atualmente, as ações regressivas acidentárias são julgadas pela Justiça Federal. Mas, para a Anamatra, a Justiça do Trabalho é a competente para apreciar essa matéria, assim como já acontece com as ações indenizatórias por acidente do trabalho. "Permitir que ambas as ações sejam julgadas por justiças diferentes é uma afronta ao princípio da unidade de convicção, o qual deve ser respeitado para evitar decisões contraditórias", defende o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna.

A competência da Justiça do Trabalho para o julgamento das ações regressivas acidentárias é opinião compartilhada pelos presidentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, e do INSS, Mauro Haulschild. Ambos defenderam esse entendimento durante a assinatura do protocolo de cooperação técnica entre os dois órgãos com o objetivo de implementar programas e ações nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho. A ação integra a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. A Anamatra também é signatária do protocolo, juntamente com as 24 Amatras. Também para Dalazen, a ampliação da competência da Justiça do Trabalho na matéria pode minimizar decisões conflitantes. "Precisamos que não haja essa anomalia para múltiplos litígios relacionados aos acidentes de trabalho", disse. O presidente do INSS defende a mudança da competência para a Justiça do Trabalho, o que, segundo ele, imprimirá mais celeridade ao processo. "É uma forma de minimizar, de forma mais célere, os danos sociais, econômicos e emocionais às famílias. Precisamos encontrar um caminho para melhorar a prestação jurisdicional", afirmou.

A necessidade de uma maior celeridade ao processo de julgamento das ações regressivas acidentárias também foi lembrada pelo juiz do Trabalho Marcos Neves Fava, auxiliar da presidência do TST e gestor nacional do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho. Segundo ele, as ações têm caráter preventivo e punitivo e vão auxiliar a Justiça do Trabalho a identificar os maus empregadores. "A Justiça do Trabalho está desempenhando um papel de vanguarda na prevenção de acidentes.




E sendo competente para julgar as ações regressivas acidentárias, o instituto ganhará mais efetividade", ressalta.

NÚMEROS

Desde 1991, o Instituto do Seguro Social (INSS), por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), ajuizou cerca de 2.300 ações com expectativa de ressarcimento aproximada de R\$400 milhões pagos a segurados vítimas de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais ou seus herdeiros. As ações regressivas, de cunho punitivo-pedagógico, representam uma política pública que visa a minimizar os números de acidentes do trabalho no Brasil, país que ocupa a quarta colocação em ocorrências fatais, segundo estatísticas internacionais. Dados do Ministério da Previdência Social referentes ao ano de 2010 apontam para mais de 700 mil acidentes e quase três mil mortes, sem contar as subnotificações (quando a empresa não comunica o acidente) e as ocorrências com os trabalhadores não segurados (informais e servidores públicos).

NOTIFICAÇÃO À PROCURADORIA GERAL FEDERAL

Segundo a [Recomendação Conjunta 02/2011](#), os magistrados do Trabalho devem encaminhar, por meio eletrônico, à PGF correspondente à sua área de jurisdição, as sentenças ou acórdãos que reconheçam culpa do empregador por acidente ou doença de trabalho, independentemente do trânsito em julgado. Com isso, a Procuradoria pode colher com maior celeridade as provas necessárias para a propositura da regressiva. 

ANAMATRA E OAB AVALIAM NECESSIDADE DE EXPANSÃO DA ESTRUTURA DA JUSTIÇA DO TRABALHO




Foto: Eugenio Novaes/OAB

“A celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional são anseios não só da sociedade, mas dos próprios juízes do Trabalho”

Renato Sant’Anna

Os presidentes da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, reuniram-se no dia 17 para avaliar a possibilidade de atuação conjunta das duas entidades para a ampliação da estrutura da Justiça do Trabalho com a criação de Varas e cargos em tribunais. Para Sant’Anna, a estrutura da Justiça do Trabalho, em que pese ser o ramo da Justiça mais célere, carece de avanços. “A celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional são anseios não só da sociedade, mas dos próprios juízes do Trabalho”, disse. Para o magistrado, isso só será plenamente conquistado com número adequado de Varas, juízes e servidores.

Na reunião, Ophir Cavalcante afirmou que é um contrassenso que a sociedade permaneça aguardando esperando a instalação de Varas cuja criação já foi aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, mas que não saem do papel. Outro tema apresentado por Ophir a Sant’Anna foram os problemas enfrentados pela advocacia em relação ao processo eletrônico. “Estamos investindo na certificação e na inclusão digital dos advogados, mas temos sofrido com serviços de telecomunicações ruins e, principalmente, com a diversidade de sistemas adotado pelos tribunais”. 

Anamatra nas redes sociais



A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados do Trabalho sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.

www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra



De Brasília

Foto: Arquivo Anamatra



ANAMATRA PARTICIPA DE ATO PELO TRABALHO SEGURO NO CANTEIRO DE OBRAS DO ESTÁDIO MANÉ GARRINCHA EM BRASÍLIA

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, acompanhado do vice-presidente da entidade, Paulo Schmidt, e membros da diretoria, participaram de ato público pela segurança no trabalho no canteiro de obras do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, no dia 4. O evento foi realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e contou com a participação de cerca de dois mil operários.

O ato, que já foi feito em outros estádios em construção para a Copa do Mundo 2014, faz parte do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Trabalho Seguro, que conta com a Anamatra como apoiadora. A entidade assinou protocolo de cooperação técnica com o TST para a realização do programa em setembro de 2011 [\(Clique aqui para ler\)](#). Recentemente, em maio deste ano, as 24 Amatras também aderiram ao protocolo. [\(Leia mais\)](#)

Em seu discurso no estádio de Brasília, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, destacou a triste realidade dos acidentes de trabalho, que mataram 2796 trabalhadores em 2011 no Brasil. “O número de mortes vem aumentando seguidamente nos últimos três anos. É praticamente um atentado do 11 de setembro a cada ano, sem falar no trágico exército de inválidos que formamos”, lamentou o magistrado.

Dalazen aconselhou os operários a sempre ve-

rificarem os equipamentos de segurança e a testarem os instrumentos de trabalho antes de começar o serviço, para evitar acidentes. Além disso, ressaltou que acima do sucesso que a Copa 2014 deva ter está a saúde daqueles que estão trabalhando para realizá-la. “Vamos fazer este golaço! Vamos vencer esta competição que vem antes da Copa, que é a competição pela vida”, conclamou o presidente do TST.

Participaram da cerimônia os diretores da Anamatra de Comunicação, Cléa Couto, de Informática, Valter Pugliesi, além dos membros do Conselho Fiscal Leonardo Ely, Viviane Maria Leite de Faria e Luciana Conforti. Autoridades do governo local e Federal, representantes de sindicatos e atletas também compareceram ao ato, a exemplo do campeão mundial de futebol e deputado federal Romário.

TJC

A Anamatra também tem parceria com o TST para levar o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) aos operários, com objetivo de repassar noções de Direito do Trabalho e também a prevenção de acidentes. Exemplo disso foram as ações realizadas nos canteiros de obras de estádios da Bahia e do Rio Grande do Norte. [\(Clique aqui e](#)

[aqui para ler mais\)](#)

Foto: Arquivo Anamatra



FRENTE ASSOCIATIVA DISCUTE VALORIZAÇÃO DAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA E DO MP

O presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, participou no dia 17 da reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas). Durante o encontro, que aconteceu na sede da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), foram discutidas estratégias para valorização das carreiras e o atendimento das pautas mais imediatas, em especial a questão da política remuneratória. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

ANAMATRA RECEBE DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS FEDERAIS

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, receberam no dia 3, na sede da Anamatra em Brasília, dirigentes da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef).

Gabriel Oliveira, presidente da Anadef, pediu o apoio da Anamatra ao pleito da entidade de interiorização da Defensoria Pública da União. Segundo o presidente, o objetivo é atender de forma mais abrangente ao comando constitu-

cional que prevê a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º (LXXIV).

“A luta da Anadef de ampliar o acesso do cidadão à justiça é a mesma da Anamatra”, afirmou Renato Sant'Anna. Ao falar da atuação da Anamatra nesse sentido, Sant'Anna entregou aos dirigentes exemplares da Cartilha do Trabalhador, instrumento que integra o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), iniciativa que leva noções de ética e cidadania a escolas em diversas partes do Brasil. *A*

“A luta da Anadef de ampliar o acesso do cidadão à justiça é a mesma da Anamatra”

Renato Sant'Anna

LANÇAMENTO DA CAMPANHA “JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO”





Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado.



"Temperando com justiça e vida das pessoas."



"Construindo uma sociedade mais justa."



"Cuidando da saúde e segurança do trabalho."



"Fazendo seu direito chegar a você."

 **ANAMATRA**
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO
www.sempreaoseulado.com.br

Associativas


Foto: Arquivo Anamatra



COMISSÃO CIENTÍFICA DEFINE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS POR AMATRA PARA O 7º CONGRESSO INTERNACIONAL DA ANAMATRA

A Comissão Científica do 7º Congresso Internacional da Anamatra reuniu-se no dia 10 de julho na sede da entidade em Brasília para discutir detalhes do evento que acontecerá de 1º a 9 de abril de 2013 nos Estados Unidos. Entre as deliberações, esteve a distribuição de vagas por Amatra para participação no evento (**confira quadro ao lado**), que foi feita de forma proporcional ao número de associados de cada à Anamatra.

A programação do Congresso Internacional da Anamatra será realizada na White Plains (próxima a Nova Iorque) e Washington D.C. Entre as entidades que já confirmaram parceria para o evento estão a Embaixada e o Consulado Brasileiros e a Pace University School of Law. A data de inscrição para o evento será divulgada no edital, que será publicado no mês de outubro.


Integram a Comissão Científica do evento os diretores da Anamatra Fabrício Nogueira (secretário-geral), Narbal Fileti (Formação e Cultura), André Cavalcanti (Eventos e Convênios), e os juizes André Villela (Amatra 1/RJ) e Paulo Conti (Amatra 9/PR). O presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, e o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, também participaram da reunião. 

AMATRA	VAGAS	AMATRA	VAGAS
1	9	13	2
2	12	14	2
3	12	15	12
4	10	16	2
5	8	17	2
6	6	18	3
7	2	19	2
8	4	20	2
9	8	21	2
10	3	22	2
11	2	23	2
12	4	24	2

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ANAMATRA CRIA COMISSÃO PARA ESTUDAR PLANO DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO

O Conselho de Representantes da Anamatra decidiu, em reunião realizada no último dia 27 de junho, criar comissão para estudar a viabilidade de um plano de saúde de auto-gestão para a Justiça do Trabalho. “A Justiça do Trabalho precisa de um plano de saúde mais seguro e que garanta aos magistrados, servidores, pensionistas e seus dependentes, saúde e melhor qualidade de vida, afastando os modelos de assistência privada deficientes, vulneráveis e que geram instabilidade em seus beneficiários”, defendeu a diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp. Na reunião, ficou decidido que a Anamatra atuará junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho com a finalidade de buscar a majoração da verba destinada à assistência médica distribuída aos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. Atualmente esta verba é de R\$ 210 para magis-

trados e servidores ativos e aposentados.

A iniciativa do Conselho de Representantes da Anamatra tem fundamentos. No ano passado, a entidade encomendou pesquisa sobre a saúde e as condições do exercício profissional dos magistrados trabalhistas. O estudo foi feito pela professora doutora Ada Ávila Assunção, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e diagnosticou, entre outras coisas, que 41,5% dos juízes do Trabalho sofrem de depressão. Além disso, a saúde dos magistrados e plano de saúde de autogestão foram temas discutidos durante o 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado de 1º a 4 de maio deste ano em João Pessoa (PB). 

COMISSÃO AVALIA TRABALHOS PARA REVISTA TRABALHISTA DIREITO E PROCESSO Nº 42

Integrantes da Comissão da Revista Trabalhista Direito e Processo reuniram-se no dia 20 para analisar sentenças, acórdãos e artigos científicos que poderão ser publicados na 42ª edição.


Participaram do encontro o diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti, e os magistrados Cléber Lúcio Almeida (Amatra 3/MG), Reginaldo Melhado (Amatra 9/PR) e Alexandre Cunha (Amatra 1/RJ). 

Foto: Arquivo Anamatra



Associativas

ANAMATRA ESCLARECE VALORES PAGOS A JUÍZES E REAFIRMA DEFESA PELA TRANSPARÊNCIA

NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidade que reúne os mais de 3.600 juízes do Trabalho brasileiros, vem a público nos seguintes termos:

1. Nas últimas semanas foram divulgadas pela imprensa várias matérias sobre a remuneração de juízes e servidores do Poder Judiciário, notadamente em função de decisões do STF que indicaram claramente a opção pela transparência total das folhas de pagamentos dos Tribunais brasileiros.

2. Em meio ao natural ambiente de excesso de novas informações, foram divulgados e repercutidos valores que não representam a verdadeira situação salarial dos juízes da União (juízes do Trabalho e juízes Federais). Tal lamentável e errônea divulgação ocorreu por vários motivos, todos de fácil compreensão e verificação, tais como a soma ao salário mensal de valores destinados ao adiantamento de férias com 1/3 a mais e pagamentos de passivos legalmente reconhecidos e incluídos no orçamento da União para pagamento em 4 parcelas anuais (que uma parte dos juízes do Trabalho recebeu - a terceira parcela anual - em junho de 2012).

3. Os juízes do Trabalho brasileiros recebem vencimentos corroídos por perdas inflacionárias de cerca de 30%, não podendo permanecer calados frente à divulgação e exploração de dados e valores que não correspondem à realidade. Reafirma-se que um juiz do Trabalho de primeiro grau ganha hoje cerca de R\$15.000,00 líquidos, valor incompatível com as responsabilidades do cargo e as restrições legais e pessoais a que os magistrados estão sujeitos.

4. Por fim, a Anamatra reitera sua confiança no princípio da transparência que deve orientar os Poderes da República, como reconhecido pelo STF, certa de que os juízes do Trabalho combatem o bom combate em benefício do povo brasileiro, que tem o direito de contar com magistrados e servidores bem remunerados e alcançados por uma política remuneratória clara, previsível e dotada de lógica organizacional.

Brasília, 25 de julho de 2012.

Renato Henry Sant'Anna


Presidente da Anamatra

AMATRA 2 (SP) INSTALA URNA DE SIMULAÇÃO DE ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DO TRT

“A segunda instância não pode ter medo da democratização”

Nelson Nazar

O deputado federal Wellington Fagundes, autor da PEC 187/2012, que dispõe sobre eleições diretas nos tribunais, instalou no dia 31, na sede da Amatra 2 (SP), a urna de votação da simulação de eleições diretas para presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP). O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, esteve presente no ato e afirmou que não pode se temer a politização do Judiciário. “Estou aqui para dar meu suporte a vocês nesta campanha que é muito importante”, disse. O presidente do TRT-SP, desembargador Nelson Nazar, declarou seu apoio à campanha. “A segunda instância não pode ter medo da democratização”. Em seguida, o magistrado depositou seu voto na urna.


Os advogados foram representados pelo presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), Claudio Perón Ferraz, que também apoia a escolha democrática para componentes dos corpos diretivos dos tribunais. 

*Com informações Ascom/Amatra 2 (SP)

Foto: Arquivo Anamatra



ANAMATRA DEFENDE COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM AUDIÊNCIA COM A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e o vice-presidente da entidade, Paulo Schmidt, reuniram-se no dia 30 com a secretária de Inspeção do Trabalho, Vera Lúcia Albuquerque. A audiência, que também contou com a presença do juiz Platon Neto, presidente da Amatra 18 (GO), teve como pauta a competência penal da Justiça do Trabalho, em especial na questão do trabalho escravo. Os magistrados entregaram à secretária nota técnica em defesa da PEC 327/2009, que confere à Justiça do Trabalho a competência penal em relação aos crimes contra a organização do Trabalho, aos decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, à redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano. "A competência penal da Justiça do Trabalho funcionaria como uma atividade complementar à fiscalização do trabalho", informou o presidente da Anamatra. Sobre a questão do trabalho escravo, Vera Albuquerque informou que o Ministério do Trabalho e Emprego vem sendo cobrado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para que o Brasil invista mais na prevenção e penalização. 

“A competência penal da Justiça do Trabalho funcionaria como uma atividade complementar à fiscalização do trabalho”

Renato Sant'Anna

TJC É CONSOLIDADO EM PERNAMBUCO, CEARÁ, DISTRITO FEDERAL E ESPÍRITO SANTO

“Nosso objetivo é envolver um número cada vez maior de associados com o projeto. A participação de novos juízes é uma vitória e só reforça o compromisso da magistratura com a formação cidadã dos nossos jovens”


Luciana Conforti

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) está cada vez mais solidificado nas Regiões. Em Pernambuco, seis escolas receberão a iniciativa neste ano, o que, para a presidente da Amatra 6 (PE), Luciana Conforti, traz benefícios não apenas para os estudantes, professores e seus familiares, mas também para os magistrados. “Nosso objetivo é envolver um número cada vez maior de associados com o projeto. A participação de novos juízes é uma vitória e só reforça o compromisso da magistratura com a formação cidadã dos nossos jovens”, afirma Luciana.

No Distrito Federal o Programa também tem crescido. No início do mês, duas turmas de alunos de 14 a 17 anos do Sesc do Gama, Região Administrativa localizada no entorno do DF, mostraram de forma criativa o conteúdo da Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos com apresentações teatrais, música, telejornais, entre outros. Várias questões foram abordadas nas apresentações a exemplo do papel dos sindicatos, trabalho infantil, trabalho da mulher, medicina do trabalho, assédio moral e discriminação. O evento contou com a participação dos juízes Noemia Porto, presidente da Amatra 10 (DF e TO), Leador Machado, coordenador do TJC na 10ª Região, e Maurício Westin.

As juízas coordenadoras do TJC no Ceará, Kelly Porto e Daniela Pessoa, além das presidentes da Amatra 7 (CE), Christianne Diógenes, e do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-CE), Roseli Alencar, definiram datas para as visitas aos jovens. De 27 de agosto a 5 de setembro, juízes do Trabalho, procuradores, advogados e servidores públicos deixam os gabinetes e visitam seis escolas estaduais. Uma semana depois, de 11 a 20 de setembro, os estudantes retribuem a visita e vão ao Fórum Autran Nunes e à sede do TRT.

Além disso, ainda em Fortaleza, juízes do Trabalho visitaram as obras do estádio Castelão no dia 16 de julho. A vistoria teve como objetivo ajustar os últimos detalhes do evento a ser realizado no dia 17 de agosto para incentivar a cultura da prevenção de acidentes nos locais de trabalho. Fortaleza será a oitava cidade a receber o ato público realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com os tribunais do trabalho de cidades onde há obras para a Copa do Mundo.

Depois de Vitória, foi a vez de o município de Vila Velha receber o TJC. O programa foi lançado no dia 20 de julho na Escola Municipal Saturnino de Mauro Rangel, localizada no bairro Vila Batista. As juízas Silvana do Egito Balbi, auxiliar da Vara do Trabalho (VT) de Guarapari e supervisora do TJC no Espírito Santo; Suzane Schulz Ribeiro, auxiliar da 2ª VT de Vitória, Ana Paula Rodrigues Luz Faria, titular da VT de Guarapari e colaboradora do projeto, e a desembargadora aposentada Maria Francisca dos Santos Lacerda se reuniram com o diretor e professores da escola de ensino fundamental para explicar como serão desenvolvidos os trabalhos. Ao todo, serão contemplados 174 alunos do 8º e 9º anos do turno matutino. 



3º ENCONTRO NACIONAL DE magistrados do trabalho aposentados

ATIVOS PARA UMA APOSENTADORIA PLENA



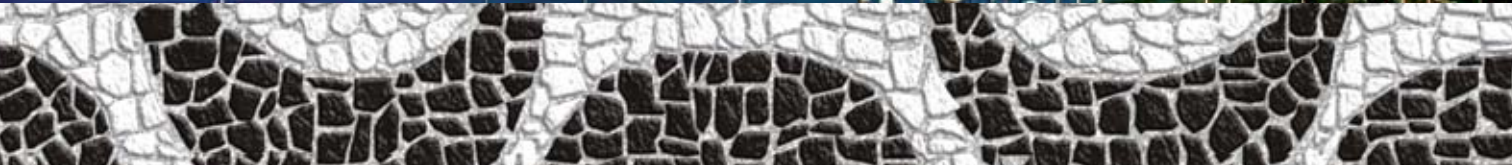
Realização



ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO



AMATRA





Fotos: Sula Xavier

ANAMATRA REALIZA O 3º ENCONTRO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO APOSENTADOS, NO RIO DE JANEIRO

A Anamatra realizou, de 2 a 5 de agosto na cidade do Rio de Janeiro, o 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena. O evento, realizado em parceria com a Amatra 1 (RJ), contou com a participação de cerca de 100 magistrados e acompanhantes, além dos membros da diretoria da Anamatra e do Conselho de Representantes. “Sinto-me acolhido, seguro e confortável em conviver com os colegas aposentados, que têm tanta experiência e tanto a nos ensinar”, declarou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, em seu discurso de abertura da solenidade.


Sant’Anna destacou que um juiz não deixa de ser juiz porque se aposenta e que a ajuda de “todos fortalece o movimento associativo. “Vivemos tempos difíceis na magistratura e nesta luta diária cada vez mais precisamos do apoio e experiência dos colegas aposentados”, disse. A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, aproveitou a oportunidade para declarar sua emoção e orgulho em estar à frente de importante diretoria. Além disso, a desembargadora aplaudiu os demais dirigentes da Associação por darem espaço àqueles que não estão mais atuando nos fóruns e tribunais. “A convivência com a diretoria e Conselho de Representantes da Anamatra, além dos associados, me fez ter a consciência de sair do casulo para enxergar o outro e aquilo que o aflige”.

Terezinha também ressaltou que os “ativos de hoje são os aposentados de amanhã e todos fazem parte de um mesmo corpo”. Além disso, a magistrada aconselhou que os juízes não devem cuidar da aposentadoria apenas

quando consumada, mas desde o período que a antecede, “para que ocorra de forma plena, sem medos e incertezas”. “Ativos e aposentados devem ocupar o seu espaço no fortalecimento de suas Amatras e da Anamatra em busca do respeito e cumprimento dos seus direitos e prerrogativas”, destacou.

Por fim, a diretora da Anamatra reproduziu um provérbio chinês, citado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) nas considerações finais do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003): “Aquele que garante o bem-estar dos outros garante o próprio”.

Anfitriã do evento, a presidente da Amatra 1, Áurea Sampaio, deu boas-vindas aos participantes do evento. “Desejo que seja realmente um encontro. Encontro de pessoas, de ideias, de propostas e de almas. E que possamos conversar, brincar e refletir”, afirmou a juíza.

Também participaram da solenidade de abertura do 3º Encontro Nacional dos Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ), desembargadora Maria de Lourdes D’Arrochella Lima Sallaberry, o ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho Luciano de Castilho Pereira, a procuradora do Trabalho aposentada Maria Lúcia Abrantes Ferreira, o representante da Associação dos Magistrados Brasileiros, juiz auditor Edmundo Franca de Oliveira, o diretor de Assuntos de Interesses dos Aposentados da Associação dos Juizes Federais do Brasil, desembargador André José Kozlowski, e o advogado João Baptista Lousada Câmara, representando a Ordem dos Advogados do Brasil. 

Aposentados


DIRETORES DE APOSENTADOS DAS AMATRAS REÚNEM-SE NO RIO DE JANEIRO



Foto: Sílvia Xavier

A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, realizou, no dia 2 de agosto no Rio de Janeiro, reunião com os diretores de aposentados das Amatras. Mais de 15 representantes das Regiões estiveram presentes. Na ocasião foram discutidos assuntos de interesse dos aposentados. O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, prestigiou a reunião e ressaltou a atenção que os juízes que já estão longe da atividade jurisdicional

merecem. "A participação de vocês na vida associativa é muito rica e nós precisamos e contamos com isso", declarou Sant'Anna.

Terezinha Kineipp aproveitou a oportunidade para elogiar o espaço que a atual gestão da Anamatra proporciona aos aposentados. "Agradeço a boa vontade, a confiança e a colaboração para fazer valer os direitos e prerrogativas dos aposentados", disse a magistrada, dirigindo-se ao presidente da Anamatra. 




ANAMATRA PRESTA HOMENAGEM A ARNALDO SÜSSEKIND

Foto: Sílvia Xavier

Na abertura do 3º Encontro de Magistrados do Trabalho Aposentados, a Anamatra prestou homenagem ao ministro Arnaldo Lopes Sússekind, falecido no último dia 9 de julho. O presidente da Associação, Renato Henry Sant'Anna, entregou placa à filha do jurista, Marisa Santos Sússekind.

Antes da entrega da placa, o ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Luciano de Castilho Pereira disse algumas palavras sobre Sússekind. "Lamentamos muito esta perda, mas cito um verso de Guimarães Rosa: 'Só as pessoas não morrem: tornam a ficar encantadas'", declarou Castilho.

SÜSSEKIND E A ANAMATRA

Em 2007, o ministro Sússekind recebeu a equipe da TV Anamatra em sua biblioteca no Rio de Janeiro para uma entrevista exclusiva ocasião em que falou sobre a valorização do Direito do Trabalho, movimento sindical, reforma trabalhista, flexibilização, entre outros assuntos. A íntegra da entrevista, em quatro partes, está disponível no canal da Anamatra no [Youtube](#). O ministro também foi o responsável pelo direcionamento do conteúdo da Cartilha do Direito Internacional do Trabalho, publicação da Anamatra editada em três idiomas – inglês, francês e espanhol – como resultado do acordo de cooperação firmado entre a entidade e o Departamento de Normas Internacionais da OIT. 



MAGISTRADOS MOSTRAM EXPECTATIVAS E REALIDADES ANTERIORES E POSTERIORES À APOSENTADORIA

O primeiro painel do 3º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena discutiu as expectativas e realidades anteriores e posteriores à aposentadoria. Participaram do debate os desembargadores aposentados Fernando Damasceno (10ª Região/DF e TO) e José Antônio Pancotti (15ª Região/Campinas e Região), além da desembargadora presidente do Tribunal Regional da 10ª Região, Elaine Machado Vasconcelos. O painel foi presidido pelo ex-presidente da Anamatra (1999-2001), Gustavo Tadeu Alkmim.

“É importante se preparar para a aposentadoria porque muitos de nós dedicam a vida inteira à Justiça do Trabalho e de um dia para o outro um papel, o Diário Oficial, diz que não temos mais Vara, não temos mais processos, não temos mais funcionários, não temos mais toga”, disse Alkmim ao abrir o painel.


Fernando Damasceno, que também presidiu a Anamatra (1982-1985), está aposentado há quase 10 anos. Ele contou um pouco sobre sua experiência pós-aposentadoria. Segundo o magistrado, as emoções mudam com o afastamento da atividade jurisdicional e é preciso aprender a vivenciá-las. “Vivi muitas emoções nos meus 30 anos como juiz, mas também tive uma grande emoção após anos aposentado, que foi ter meu nome na biblioteca do TRT da 10ª Região”, contou. “A aposentadoria foi um prêmio que mereci

pelos 30 anos de magistratura”, acrescentou.

Já o desembargador José Antônio Pancotti, que se aposentou este ano, comentou a importância da preparação psicológica ao longo da carreira para a aposentadoria. “Precisamos de um período de adaptação para ser menos impactante”, disse o magistrado. “Necessitamos criar espaços para continuar em atividade, para que não morramos psicologicamente”, completou.

PREPARAÇÃO

A presidente do TRT-10 apresentou aos participantes do Encontro o programa de seu tribunal denominado Saber Viver – Preparação para aposentadoria: reflexões, projetos e realizações. “O objetivo é proporcionar a magistrados e servidores um espaço de reflexão, conscientização, compartilhamento de vivências, aprendizados e de resignificação e planejamento de vida”, explicou. De acordo com Elaine Machado Vasconcelos, a aposentadoria dos magistrados é diferente das demais carreiras, pois é “finita”. “Para nós a aposentadoria é determinante. Não voltamos mais a julgar nunca mais. Um médico ou um dentista se aposenta, mas pode voltar a atender”, destacou a desembargadora.

Para finalizar, a magistrada deu um conselho aos juízes, citando Renato Maia. “Decida você como e quando viver. Desperta e decida”. 

GERIATRA DÁ DICAS PARA ENVELHECER COM SAÚDE




Foto: Sula Xavier

O geriatra Marcos Cabrera proferiu palestra sobre envelhecimento e saúde aos participantes do 3º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados. A exposição do médico compôs o painel “O trabalho voluntário do magistrado aposentado como uma das fontes de sua valorização e qualidade de vida”, que foi presidido pela ex-diretora de Aposentados da Anamatra Cristina Valero e também contou com a participação da diretora de Cidadania e Direitos Humanos da entidade, Sandra Bertelli, e da coordenadora nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), a juíza aposentada Eliete Telles.

Cabrera deu várias dicas aos magistrados de como envelhecer com saúde física e mental, além de mostrar estatísticas de pesquisas que estudaram aspectos como atividade física, trabalho voluntário e bem-estar após a aposentadoria. “Quem continua a trabalhar tem bem menos dificuldade mental e doenças mentais também”, revelou o médico. “A velhice traz divertimento e felicidade”, completou. O geriatra também mostrou sete pontos que levam à longevidade e felicidade: perdoar; ser solidário; ser grato; não se sentir doente; manter-se ativo após a aposentadoria; ser feliz no casamento; e gostar da vida.

Eliete Telles aproveitou o espaço para chamar os aposentados participantes do Encontro a participarem como voluntários do TJC, que leva noções de Direito do Trabalho a estudantes do Brasil todo. “O Judiciário tem responsabilidade social não apenas nos processos, mas com o jurisdicionado”, disse a magistrada. “Com o TJC, nós, juízes, conhecemos as dificuldades dos cidadãos e trocamos experiências. Ganha não só o cidadão, mas nós também, que nos doamos e ficamos felizes com isso”, completou.

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra falou um pouco sobre como funciona o Programa e apresentou o vídeo institucional do TJC. “A iniciativa é um instrumento de resgate da valorização da magistratura”, revelou Sandra Bertelli. “A integração entre o juiz e a sociedade estimula o respeito aos direitos humanos e esclarece sobre os meios de acesso a Justiça”, acrescentou a juíza.

“O programa não é uma fórmula a ser aplicada, já que é um projeto de solidariedade e humanidade. Ele depende da sensibilidade, da dedicação e da crença nos ideais que movem a verdadeira Justiça. E esses atributos os colegas presentes aqui têm de sobra”, finalizou Sandra. 

DIRETORIA ESCLARECE ATUAL SITUAÇÃO DOS ASSUNTOS DE INTERESSE DA MAGISTRATURA PERANTE O LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO



Foto: Sílvia Xavier

A última atividade do 3º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados – ativos para uma aposentadoria plena consistiu em uma espécie de bate-papo entre a diretoria da Anamatra e os participantes do evento. Os dirigentes da entidade passaram aos aposentados o quadro atual de assuntos de interesse da magistratura – com foco no magistramento aposentado –, como o reajuste dos subsídios e a tramitação de Projetos de Lei e propostas de emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, os participantes puderam opinar e fazer perguntas.


Participaram do debate o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, o diretor de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, a diretora de Aposentados, Terezinha Kineipp, a diretora de Aposentados da Amatra 1 (RJ), Maria Wilma Gontijo, e os presidentes das Amatra 1, Áurea Sampaio, e da 15 (Campinas e Região), Guilherme Feliciano.

“A grande luta no Parlamento é levar os projetos ao Plenário. Nós temos um parlamento dependente do governo e isso não é novidade para ninguém”, esclareceu Germano Siqueira ao explicar os entraves que as proposições de interesse da magistratura enfrentam na tramitação. “Mas nós

continuamos a fazer a nossa parte: entregando notas técnicas e dialogando com os parlamentares”, acrescentou.

EVENTOS

Os diretores de Formação e Cultura, Narbal Fileti, e de Eventos, André Cavalcanti, pediram a palavra para falar sobre os Jogos Nacionais da Anamatra 2012, que ocorrerão de 31 de outubro a 3 de novembro em Foz do Iguaçu (PR), e também sobre o 7º Congresso Internacional da Anamatra, que será realizado de 1º a 9 de abril de 2013 nos Estados Unidos (Nova Iorque e Washington). “É muito importante a presença de vocês em todos os eventos. A Anamatra é para todos”, lembrou André Cavalcanti.

Ao final do debate entre a diretoria da Anamatra e os aposentados, o magistrado Genésio Vivanco falou aos colegas, aproveitando a oportunidade para enaltecer a iniciativa das últimas gestões da entidade, que têm valorizado a participação dos aposentados nos eventos. “Em 35 anos de Anamatra, este é apenas o 3º encontro. Só agora estão nos dando a devida importância”, destacou. “Nós continuamos juízes, pois somos vitalícios”, finalizou Genésio. 

Aposentados

JUÍZES APOSENTADOS EXPÕEM OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Os participantes do o 3º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados – Ativos para uma aposentadoria plena puderam expor livros e obras artísticas para os colegas.

Hélio de Arruda (Amatra 17/ES), por exemplo, levou o livro Direito Coletivo do Trabalho para apresentar aos colegas. Já Melchiádes Rodrigues Martins (Amatra 15/Campinas e Região) levou publicações que abordam temas polêmicos do Direito do Trabalho, como despedida por justa causa e dano moral, além da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que já está em sua 40ª edição.

“Acho que a pessoa necessita de ocupação depois da aposentadoria. Se não, acaba ficando em casa brigando com a mulher”, brincou Melchiádes. “Após me aposentar, não quis advogar, preferi escrever, pois é mais gratificante”, explicou. “Ao publicar livros, nosso trabalho é difundido. Quantos e quantos estudantes já utilizaram minhas obras para estudar?”, completou o magistrado.

Fotos: Sula Xavier



Aposentados



TERMINA O 3º ENCONTRO NACIONAL DE MAGISTRADOS DO TRABALHO APOSENTADOS



Foto: Sula Xavier

A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, encerrou o 3º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados, no começo da tarde do dia 5 de agosto, ressaltando a importância da participação de todos nas discussões e nos eventos da entidade. “Vamos ocupar nosso espaço nas nossas Amatras e na nossa Anamatra”, disse a magistrada.


“Quem não é visto, não é lembrado. Se aparecemos, as pessoas se acostumam com a nossa presença e vamos nos firmando”, acrescentou Terezinha. Para finalizar, a desembargadora deixou palavras de incentivo. “Juntos somos mais. Juntos poderemos mais”.

Áurea Sampaio, presidente da Amatra 1 (RJ) e anfitriã do Encontro, agradeceu a todos pela presença e ressaltou que o evento conseguiu sucesso e foi muito bem realizado. “Alcançamos o resultado. Muito obrigada por acreditarem e estarem aqui”.

Já o presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, agradeceu a presença e participação de todos e o apoio e empenho da Amatra 1 na realização do evento. “Também quero agradecer à Terezinha, que tão bem vem conduzindo a diretoria de Aposentados”, disse o presidente.

Sant’Anna ainda aproveitou para ressaltar a importância da participação de todos para a efetivação da campanha Juiz do Trabalho: Sempre ao seu lado, lançada na última sexta-feira (3/8) no Complexo do Alemão, e que contou com a participação dos aposentados esclarecendo dúvidas da comunidade do local sobre direitos trabalhistas. “Que agora todos sejam divulgadores!”, finalizou.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

Para encerrar o Encontro, a diretora de Aposentados da Amatra 1 (RJ), Maria Wilma Gontijo, leu a Carta do Rio de Janeiro aos participantes do evento. Algumas alterações foram feitas e o documento, então, aprovado. 

“Quem não é visto, não é lembrado. Se aparecemos, as pessoas se acostumam com a nossa presença e vamos nos firmando”

Terezinha Kineipp

“Quero agradecer à Terezinha, que tão bem vem conduzindo a diretoria de Aposentados”

Renato Sant’Anna

Confira aqui a Carta do Rio de Janeiro

CARTA DO RIO DE JANEIRO

Os Magistrados do Trabalho aposentados, reunidos no seu 3º Encontro Nacional, realizado nos dias 02 a 05 de agosto de 2012, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, vêm manifestar aos poderes constituídos, à sociedade brasileira e, em especial, aos aposentados de hoje e de amanhã, o seguinte posicionamento:

1. DENUNCIAM a inconstitucionalidade do tratamento diferenciado entre magistrados em atividade e aposentados, conclamando os Tribunais Superiores e Regionais a adotarem tratamento preferencial na destinação de verba para pagamento de valores reconhecidos à magistratura, na esteira das preferências já asseguradas nos processos judiciais, nos procedimentos administrativos e nos pagamentos dos precatórios;
2. INSISTEM no entendimento de que o desconto previdenciário imposto aos aposentados, sejam eles magistrados ou não, é marcadamente inconstitucional, manifestando apoio à PEC 555/2006 que tramita no Congresso Nacional no sentido de extinguir tal desconto, caso não seja declarada sua inconstitucionalidade. Pleiteiam que referida PEC 555/2006, já aprovada nas Comissões, seja imediatamente colocada em votação no Plenário;
3. REPUDIAM as propostas de pagamento de parcelas destinadas exclusivamente aos magistrados em atividade, fato que configura desrespeito ao conteúdo institucional da paridade entre ativos e aposentados;
4. PROPUGNAM pelo restabelecimento do adicional por tempo de serviço como medida de justiça e valorização pela dedicação à carreira, defendendo a aprovação das PECs nºs 2 e 5 de 2011 do Senado Federal;
5. RESSALTAM a importância da manutenção da paridade e da integralidade de proventos e pensões, pilares da irredutibilidade dos subsídios, uma das prerrogativas constitucionais da magistratura instituídas em defesa da sociedade brasileira, bem como a urgência no julgamento das ADIs propostas pela ANAMATRA que tratam da matéria;
6. EXIGEM a imediata aprovação do Projeto de Lei 7749/2010, que determina o reajuste dos subsídios da Magistratura da União, cujos valores estão congelados há mais de seis (06) anos, em afronta, inclusive e principalmente, à determinação constitucional de revisão geral anual, sempre na mesma data, expressa no art. 37, X, como corolário da irredutibilidade dos subsídios garantida no art. 95, III;
7. PRETENDEM que a ANAMATRA apresente ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) Pedido de Providências no sentido de regulamentar o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) no âmbito dos Tribunais Regionais dada a sua relevância para a saúde do magistrado que tenha a intenção de se aposentar;
8. SOLICITAM que a ANAMATRA se empenhe junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) no sentido de ver apreciado o Pedido de Providências (PP) que versa sobre Trabalho Voluntário do Magistrado do Trabalho Aposentado, uma vez que é importante, para a qualidade de vida do magistrado aposentado, propiciar-lhe trabalho voluntário.
9. CONFIAM em que a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA – continuará a implementar políticas de valorização do aposentado e sua inserção na vida associativa, respeitadas suas especificidades.

Rio de Janeiro, em 05 de agosto de 2012.



PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS 2012

NO MUNDO DO TRABALHO

Nova categoria "Programa Trabalho,
Justiça e Cidadania"

Mais de R\$ 40.000,00
em prêmios

Categoria Imprensa dividida em quatro
segmentos, premiando também fotografia.

INSCRIÇÕES ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2012 PARTICIPE!

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) apresenta a 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, com objetivo de valorizar ações concretas de garantia e promoção de direitos humanos nas relações de trabalho.

As categorias são:

Categoria Cidadã: pessoas físicas e jurídicas, incluídas entidades não governamentais e outras entidades que desenvolvam projetos e ações concretas relacionadas aos temas abordados no item 2 do regulamento;

Categoria "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania": alunos, professores e/ou escolas que promovam ações cidadãs e práticas de disseminação dos ideais da Justiça Social, por meio da aplicação

do "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania" da Anamatra, observada a temática contemplada no item 2 do regulamento;

Categoria Imprensa: pessoas físicas ou jurídicas que tenham veiculado reportagens, série de matérias, fotografias ou campanhas publicitárias relacionadas aos temas do item 2, nas seguintes subcategorias:

- Impresso (jornal, revista e internet);
- Televisão;
- Rádio;
- Fotografia (veiculada em jornal ou revista).

O vencedor de cada categoria ou subcategoria receberá estatueta inspirada no Cilindro de Ciro e premiação em dinheiro no valor líquido de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Confira como participar, o regulamento completo e a ficha de inscrição no site da Anamatra - www.anamatra.org.br

Realização

